



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ARIANE SUÊNIA GUEDES RIBEIRO

**AÇÕES EDUCATIVAS ORIENTADAS PELA LEI 10.639/03: UM ESTUDO DE CASO
NA CIDADE DE GUARABIRA/PB**

GUARABIRA/PB

2018

ARIANE SUÊNIA GUEDES RIBEIRO

**AÇÕES EDUCATIVAS ORIENTADAS PELA LEI 10.639/03: UM ESTUDO DE CASO
NA CIDADE DE GUARABIRA/PB**

.

Monografia apresentada à coordenação do curso de Pedagogia – Campus III em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Formação docente e identidade

Orientador: Profa. Ms. Sheila Gomes de Melo

**GUARABIRA/PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R484a Ribeiro, Ariane Suênia Guedes.

Ações educativas orientadas pela lei
10.639/03 [manuscrito] : um estudo de caso
na cidade de Guarabira/PB / Ariane Suenia Guedes
Ribeiro. - 2018.

52 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro
de Humanidades , 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

I. Construção da identidade. 2. Crianças negras. 3.
Ações educativas. I. Título

21. ed. CDD 370.268 1

Elaborada por Andreza N. F. Serafim - CRB - 15/661 BSC3/UEPB

ARIANE SUÊNIA GUEDES RIBEIRO

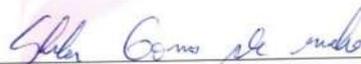
**AÇÕES EDUCATIVAS ORIENTADAS PELA LEI 10.639/03: UM ESTUDO DE CASO
NA CIDADE DE GUARABIRA/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB - Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da Educação e Formação docente.

Aprovada em: 04/12/2018.

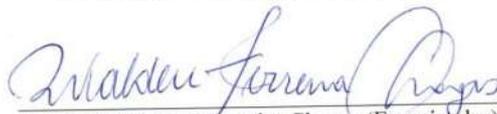
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Ivonildes da Silva Fonseca (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Waldecir Ferreira Chagas (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha avó-mãe, Valdete Guedes da Silva, pelo incentivo e dedicação, sem ela este trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao autor da existência que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos, é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Agradeço a esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior. Agradeço a todos os professores por proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, que se dedicaram a minha formação, não somente por terem ensinado, mas por terem feito aprender.

A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados, agradeço também a todos os professores que acompanharam durante a graduação, em especial a professora MS. Sheila Gomes de Melo, responsável na realização deste trabalho. Posso dizer que a minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem suas orientações, obrigado pelos ensinamentos, paciência e confiança durante as supervisões das minhas atividades.

Agradeço a toda minha família em especial a minha avó Valdete e a minha tia Sandra pelo amor, incentivo e apoio incondicional. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, obrigado.

A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. (SILVA, 2013, p 96).

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões a cerca da construção da identidade da criança negra na sala de aula respaldada na lei 10.639/03(BRASIL, 2003). A referida lei é uma grande conquista do povo negro enquanto política educacional, a qual torna obrigatório o ensino história e cultura afro-brasileira e africana, promulgada há 15 anos, mas estudos recentes mostram que a lei não tem efetividade em muitas escolas brasileiras. A partir disso, esta pesquisa objetivou identificar os desafios e as dificuldades para a construção de práticas e ações que viabilizem a construção positiva da identidade da criança negra na escola. Este estudo é de caráter qualitativo, cujo procedimento se constituiu de pesquisa de campo e estudo de caso, realizado numa escola municipal, localizada no município de Guarabira/PB. Cinco professores foram os sujeitos participantes desta pesquisa. Dentre as obras mais utilizadas, destacam-se alguns documentos: lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006) e autores como: Munanga (2000) Gomes (2005) e Silva (2004). Logo a pesquisa constatou que o conteúdo da lei 10.639/03(BRASIL, 2003) vem sendo efetivado na referida , mas ainda se faz necessário uma quantidade maior de material didático disponível aos docentes, capacitação para poder trabalhar com o material de forma coerente, e atingir o objetivo de promover uma educação antirracista como previsto na lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), e conseqüentemente que essa educação favoreça a construção da identidade da criança negra na escola, para que os/as educandos (as) negros/as possam reconhecer-se enquanto sujeitos de direitos e que os/as docentes possam atuar positivamente durante esse processo.

Palavras-Chave: Lei 10.639/03. Construção da identidade. Crianças negras.

ABSTRACT

This work presents reflections about the construction of black identity in the classroom supported by law 10.639 / 03 (BRAZIL, 2003), a great achievement of the black people as an educational policy, which makes teaching history and culture Afro-Brazilian and who has been granted legal protection for 15 years, but recent studies show that the law has not been implemented in many Brazilian schools. From this, this research aimed to identify the challenges and difficulties for the construction of practices and actions to enable the construction of positive black identity in school. This is a qualitative study, the procedure of which was based on a field study and case study, carried out at the São Rafael School (AMECC), with its teachers being the subjects participating in this research. Among the most used works, the following documents stand out: Law 10.639 / 03 (BRASIL, 2003), the National Curricular Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture (BRASIL, 2004), Orientations and Actions for the Education of Ethnic-Racial Relations (BRASIL, 2006) and authors such as: Munanga (2000) Gomes (2005) and Silva (2004). The research found that the content of law 10.639 / 03 has been implemented in São Rafael school, but it is still necessary to provide more teaching material available to teachers, training to work with the material in a coherent way, so that the objective of promoting an antiracist education is effective as provided by Law 10.639 / 03 (BRAZIL, 2003), and consequently that this education favors the construction of black identity in school, so that black students can recognize themselves as a positive subject during the education process

Keywords: Law 10.639 / 03. Identity construction. Black child.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. COMPREENDENDO OS CONCEITOS E RELACIONANDO COM A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA.....	14
2.1 RACISMO, PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E ESTEREÓTIPOS.....	14
2.2 AS QUESTÕES ÉTNICAS NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA.....	17
3. A IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DA CRIANÇA NEGRA: AÇÕES, CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR.....	22
3.1 A IDENTIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
3.2. A LEI 10.639/03.....	27
3.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE RESPALDAM AS PRÁTICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.....	28
4. METODOLOGIA.....	33
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: LOCAL E SUJEITOS	34
4.2 INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS.....	35
4.3 PROCEDIMENTOS.....	37
4.4 MÉTODOS.....	38
4.5 ANÁLISE DE DADOS.....	39
4.5.1 AMBIENTE FÍSICO.....	40
4.5.2 DOCUMENTOS OFICIAIS	40
4.5.3 OS MATERIAIS DISPONÍVEIS.....	41
4.5.4 DAS ENTREVISTAS.....	42
4.5.4.1. A LEI 10.639/03 E APLICABILIDADE EM SALA DE AULA.....	42
4.5.4.2. IDENTIDADE NEGRA.....	43
4.5.4.3 METODOLOGIAS E RECURSOS DIDÁTICOS QUE VIABILIZAM AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAL.....	44
4.5.4.4 FORMAÇÃO PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAL	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47

1. INTRODUÇÃO

Quando ingressei no curso de Pedagogia e aprofundei meus estudos a temática interessou-me bastante, porque é na educação infantil que o processo de ensino e aprendizagem deveria contribuir fundamentalmente na formação da criança, em todos os aspectos, inclusive no que diz respeito à identidade étnico-racial, e mais tarde com as minhas primeiras experiências enquanto professora, o referente tema voltou a inquietar-me, diante disso pude observar mais de perto como as crianças negras são alvos dessas práticas discriminatórias e como esse problema afeta a vida desses sujeitos.

Segundo Munanga (2005), é preciso insistir sempre que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relação à sua população. Desta forma, o modelo de educação acaba não sendo inclusivo, mesmo permitindo a entrada de todos na escola. Todos entram, ou uma maioria entra, mas nem todos saem devidamente escolarizados. Muitos não saem aptos a enfrentarem a vida como cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

Percebemos ao longo dos séculos que o racismo e o preconceito são problemas enfrentados pela população negra, isso acarreta dificuldades na inserção no mercado de trabalho e no meio social fazendo com que a falta de confiança e autoestima atrapalhe o sujeito. Quando a criança negra tem contato com outros grupos que não seja a família, a primeira referência é a escola, onde ela percebe um novo mundo cheio de possibilidades, buscando identificar e conhecer histórias diferentes, que contribui na construção da identidade desse sujeito.

Apesar de os conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2003), contemplarem esse esforço, ações específicas sobre a afirmação de cada identidade devem ser empreendidas nas escolas.

A reflexão acerca do tema culminou na seguinte questão-problema: A escola promove ações que contribuam para a formação da identidade étnico-racial da criança negra? O objetivo desse trabalho foi identificar as ações que viabilizem a construção da identidade étnico-racial da criança negra na escola, e compreender se na formação dos professores haviam disciplinas voltadas para as questões étnico-raciais. Portanto, quanto à metodologia, o trabalho é de caráter qualitativo, desenvolvido através de pesquisa de campo e de estudo de caso.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro é a introdução. O segundo denominado de “Racismo, Preconceito, Discriminação e Estereótipo: compreendendo os conceitos e relacionando com a construção da Identidade Negra”, consiste na discussão a partir de alguns conceitos fundantes para a Educação das relações étnico-raciais e a relação destes com a construção da Identidade do povo negro. No terceiro, intitulado “A identidade Étnico-racial da criança negra: ações, construções e desconstruções no espaço escolar”, o texto discorre sobre o papel da escola como espaço privilegiado para a formação da Identidade Étnico-racial da criança negra. E por fim, o quarto capítulo que aborda o viés metodológico da pesquisa, bem como a coleta e a análise de dados. O trabalho se encerra com a apresentação das considerações finais, onde são discutidos os principais resultados da pesquisa a partir dos objetivos propostos.

2. COMPREENDENDO OS CONCEITOS E RELACIONANDO COM A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Estudaremos alguns conceitos importantes para a temática, pois é a partir deles que podemos observar como a questão afirmativa da identidade étnico-racial perpassa por percepções construídas ao longo da formação do povo brasileiro enquanto sociedade.

2.1 RACISMO, PRECONCEITO, DESCRIMINAÇÃO E ESTEROTIPO.

O racismo é uma herança do processo de mão-de obra barata e exploração dos colonizadores sob os colonizados. Percebe-se que existe uma relação muito próxima entre racismo e escravidão, baseados em interesses econômicos e sociais da população branca e europeia.

Segundo Ferreira (2001), o racismo pode ser conceituado como: qualidade ou sentimento de indivíduo racista; atitude preconceituosa ou discriminatória em relação a indivíduo(s) considerado(s) de outra raça. Ou seja, é o ato de colocar uma pessoa em situação de inferioridade, subjugada, por causa de sua cor de pele ou etnia, em detrimento de outra que, por causa de sua situação racial, se autodenomina de “raça superior”.

É importante ressaltar que no artigo 5º, parágrafo da Constituição brasileira (BRASIL, 1988) consta que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. Embora este artigo, da Carta Magna do Brasil, represente um avanço importante, sua aplicabilidade é muito restrita, pois a prática do racismo, em muitas situações e em variados casos, é tratada como atitude preconceituosa que não configura crime.

Um exemplo interessante é pensar a situação dos/as negros/as no mercado de trabalho. Quando nos debruçamos sobre este assunto, temos em mente que o “lugar” do/a negro/a no mercado de trabalho tem sido aquele das ocupações de menor prestígio, baixa escolaridade e pequenos rendimentos. Temos uma representação de que há lugares estabelecidos. Há um padrão, e o/a negro/a que ascende socialmente está saindo dele. A expressão “ponha-se no seu lugar” supõe não somente que há lugares, mas também que cada um/a sabe qual é o seu.

Imaginemos a situação das nossas crianças que sofrem com o racismo e preconceitos todos os dias na escola, o que o (a) professor (a) tem feito para minimizar ou até mesmo acabar com o racismo na sua sala de aula e na escola. Pois, também é sua responsabilidade

como orientadora e educador, mediar diálogos sobre as questões étnicas e incentivar a autoestima dessas crianças para que elas consigam construir uma identidade racial positiva acerca dos (as) negros (as).

O preconceito que no latim significa “pré-“, “antes, à frente” e mais “conceito”, ou seja, fazer uma escolha ou emitir uma opinião antes de conhecer os fatos. Sendo assim, o preconceito sempre existiu em algum momento todo (as) nós já nos deparamos com algum tipo de preconceito, seja por alguma característica física, por uma escolha religiosa, por ser mulher e até mesmo pelas nossas preferências.

Valente (citado por LOPES apud MUNANGA, 2005, p 188), Afirma que o preconceito racial é a idéia preconcebida suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação à outra, sem razão objetiva ou efetiva, que transformada em atitudes se constituem um grande entrave para o desenvolvimento da humanidade.

O preconceito racial é caracterizado pela convicção da existência de indivíduos com características físicas hereditárias, determinados traços de caráter e inteligência e manifestações culturais superiores a outros pertencentes a etnias diferentes. O preconceito racial é, sem dúvida, um dos grandes agentes que tem causado à violência em nosso dia-a-dia. O preconceito racial, baseado no racismo, é uma violação aos direitos humanos, visto que fora utilizado para justificar a escravidão, o domínio de alguns povos sobre outros e as atrocidades que ocorreram ao longo da história.

Nas sociedades, o preconceito é desenvolvido a partir da busca, por parte das pessoas preconceituosas, em tentar localizar naquelas vítimas do preconceito o que lhes “faltam” para serem semelhantes à grande maioria. Podemos citar o exemplo da civilização grega, onde o bárbaro (estrangeiro) era o que "transgredia" toda a lei e costumes da época. Atualmente, um exemplo claro de discriminação e preconceito social é a existência de favelas e condomínios fechados tão próximos fisicamente e tão longes socialmente. Outra forma de preconceito muito comum é o sexual, o qual é baseado na discriminação devido à orientação sexual de cada indivíduo. O preconceito leva à discriminação, à marginalização e à violência, uma vez que é baseado unicamente nas aparências e na empatia.

Segundo Munanga (2005), discriminação racial é atitude ou ação de distinguir, separar as raças, tendo por base ideias preconceituosas, Portanto:

Qualquer distinção, exclusão, restrição, ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha o propósito ou efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de Direitos Humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro canto da vida pública. (SANT'ANA apud MUNANGA, 2005, p. 63).

Discriminação é a supervalorização de determinadas culturas, dando ao dominador a ideia de que é melhor e desenvolve no discriminado o sentimento de menos valia. Permite que a sociedade seja considerada sob duas óticas: A do discriminador, que manda e se considera o mais capaz, o mais culto, etc. A do discriminado, que é subjugado pelas ideias, atitudes e interesses do discriminador. (LOPES apud MUNANGA, 2005, p. 189).

A palavra estereótipo, em do grego *stereos* e *typos* compondo uma "impressão sólida". Uma marca ou cliché como forma de caracterizar ou representar pessoa, objeto ou grupo social. É a imagem preconcebida de determinada pessoa, coisa ou situação. São usados principalmente para definir e limitar pessoas ou grupo de pessoas na sociedade. (BATTAGLIA e NOMURA, 2008).

O estereótipo é geralmente imposto, segundo as características externas, tais como a aparência (cabelos, olhos, pele), roupas, condição financeira, comportamentos, cultura, sexualidade, sendo estas classificações (rotulagens) nem sempre positivas que podem muitas vezes causar certos impactos negativos nas pessoas. Esta impressão pode se dar através da cultura ou das diferenças apresentadas entre os grupos sociais. Tradicionalmente herdamos estas informações de nossos ancestrais.

A frase "Brasil, o país do futebol" é um exemplo de estereótipo positivo e demonstra a paixão que os brasileiros têm em relação ao futebol. No entanto, existem ideias estereotipadas caracterizadas como negativas, como por exemplo, "o Paquistão é o país dos homens bomba". Essa generalização não é vista com bons olhos pelos paquistaneses, uma vez que a maioria dos habitantes que vivem lá é contra o terrorismo.

O fato é que muitos estereótipos são geralmente adquiridos na infância sob a influência dos pais, familiares, amigos, professores e através da mídia. E, quando um estereótipo é aprendido, a realidade age sobre nós se for apreendida e internalizada.

Define-se estereótipo social (KRUGER, 2004), como crença coletivamente compartilhada acerca de algum atributo, característica ou traço psicológico, moral ou físico atribuído extensivamente a um agrupamento humano, formado mediante a aplicação de um ou mais critérios, como por exemplo, idade, sexo, inteligência, filiação religiosa e outros.

2.2 AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA

A ocupação do território brasileiro realizou-se por meio da produção do açúcar, então muito procurado no mercado mundial. Estabeleceu-se aqui a cultura da cana de açúcar, destinada à produção em larga escala, para abastecer o mercado europeu. Isto se baseou no uso e na exploração do solo através da agricultura extensiva que exigia uma mão de obra numerosa e barata.

A chegada dos negros no Brasil foi por volta do século XVI - como vítimas do comércio de escravos que se desenvolveu na América até o século XVIII - chegando a constituir uma parcela importante da população, a que exercia as tarefas mais pesadas e ocupava o status social mais baixo. Grande parte da população negra foi obrigada a trabalhar nas propriedades rurais, inserindo-se num sistema patriarcal de produção rural. Inicialmente o índio foi muito usado como escravo, mais aos poucos a escravidão africana foi se ampliando e o tráfico negreiro se impôs.

Segundo dados do IBGE 2010, o Brasil foi o último país do mundo a abolir o trabalho escravo de pessoas de origem africana, em 1888, após ter recebido, ao longo de mais de três séculos, cerca de quatro milhões de africanos como escravos, como também a maior parte da população no país corresponde à pessoa de cor negra resultante de um processo de miscigenação.

O discurso sobre a “identidade nacional brasileira”, produzido pela elite política e intelectual brasileira na metade do século XX, foi profundamente influenciada pelas teorias raciais europeias e norte-americanas e começa a se estabelecer quando o Brasil deixa de ser colônia para se constituir numa nação. Com o fim do sistema escravocrata, em 1888, coloca aos pensadores do país uma questão fundamental: a construção de uma nação e de uma “identidade nacional”. Esta construção apresentava-se como um desafio frente à nova categoria de “cidadãos” que surgia: os escravizados negros libertos, nesse contexto, o negro foi considerado o principal símbolo de atraso e degradação do Brasil, isto é, uma ameaça à configuração da nova sociedade que emergia sucessora da escravocrata.

Constata-se que a lei que garantiu a liberdade para os negros e seus descendentes, não permitiu por completo que eles exercessem a sua cidadania. A ideologia de uma “democracia racial” é posta no país como motivo de orgulho, onde a verdade o que existe mesmo é uma fachada para despistar a realidade do tratamento dado à população negra.

A solução para esse impasse se encontraria numa proposta que visava não só o branqueamento nacional, na sua forma biológica, através da miscigenação, mas também o estabelecimento de uma cultura unificada, através da hegemonia cultural em conformidade com os padrões civilizatórios provenientes da Europa.

O mito da democracia racial juntamente com o intuito de embranquecimento social gera na sociedade várias consequências para nossa sociedade, historicamente desenvolveu-se a crença de que não existe raça no Brasil, isso porque se entende por raça, agrupamento de indivíduos que compartilham características hereditárias sendo restrito a apenas este grupo de indivíduos. Logo é visto aqui no Brasil uma separação entre três raças distintas, quando na verdade a população brasileira tem sua formação no processo de miscigenação. Isso permeou a cabeça de muitos brasileiros por muito tempo, os fazendo acreditarem que pertenciam a uma nação que podia dar lições sobre democracia racial a outras nações ainda marcada pelo racismo.

O mito da democracia racial foi criado para omitir as diferenças e desigualdades sociais e fundamentar a homogeneização cultural. Fortalecia a ideia de ausência de conflitos, sem racismo, preconceitos étnicos ou discriminação.

Para Fernandes (2007) a democracia racial seria um mito, uma falsa verdade. Ela é uma distorção criada no mundo colonial, como contraparte da inclusão dos mestiços nas famílias como forma de integração social e igualdade racial. Para o autor a miscigenação serviu para assegurar a ordem escravista, pois os mestiços eram educados á imagem da figura do senhor e socializados para serem e agirem como “brancos”, difundindo-se a imagem do “negro de alma branca”, leal ao seu senhor. (FERNANDES, 2007, p.43) O que chamavam de igualdade racial não passava de mera tolerância racial, um equívoco ainda existente atualmente.

À medida que a nação brasileira foi sendo construída essa crença começou a ser criado, o mito da democracia racial, onde por muito tempo acreditou-se que o Brasil, diferentemente de outros países como os EUA e a África do Sul, que se caracterizam por conflitos raciais abertos. Também se acreditava que em nosso país não houvesse obstáculos para a ascensão social do negro. Porém essa crença se chocava com a realidade nacional, onde sempre foi evidente a exclusão do indivíduo negro. Caso vivêssemos numa democracia racial, o que não ocorre, haveria respeito à diversidade, os negros teriam as mesmas oportunidades de ascensão social que um branco tem, seu corpo e suas características físicas seriam tão valorizados e idolatrados tão quanto a do branco é. Então é de preconceito

explícito e implícito que a sociedade brasileira também é constituída diante disso acredita-se não ser suficiente:

A lógica da razão científica que ensina que, biologicamente, não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas. (KABENGELE, 2005)

Compreendemos assim que a construção da identidade além de ser processo histórico, social e subjetivo ele demarca nossa inserção no mundo como sujeito direito. Entender que o passado se faz indispensável para desvendar como foi à construção de uma identidade brasileira, constituída pela desigualdade de direitos, de acesso e permanência aos bens e espaços públicos, culturais, sociais. Esta nasce a partir de teorias racistas e discriminatórias.

Identidade é a qualidade de idêntico. É o reconhecimento de que o indivíduo é o próprio. É o conjunto de caracteres particulares, que identificam uma pessoa. Identidade é um processo de construções de significados baseado em um conjunto de atributos culturais que predomina sobre outra fonte de significado.

Para Castells (1999) fonte de significado é a experiência de um povo. A identidade permite a um indivíduo localizar-se num dado sistema social e ser localizado por este. Conforme Ronsini (2002) a construção da identidade gera “processo simbólico de pertencimento em relação a referentes variados como cultura, nação, classe, grupo étnico ou gênero” (RONSINI, 2002, p. 07) Assim, a identidade se estabelece quando um grupo permite a inserção de um sujeito nos seus costumes sociais, mas também, cabe a esse indivíduo apresentar alguma familiaridade com a realidade oferecida.

O conceito de identidade não pode ser entendido a partir de uma única definição, pois sua construção está associada ao meio em que o indivíduo está inserido, podendo basear-se em fatores culturais, econômicos, étnicos, políticos e geográficos. Munanga (1994), ao falar sobre identidade destaca:

(...) a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (auto definição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações

ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA 1994, p. 177-178).

Deste modo, o conceito de identidade pode ser entendido como um conjunto de aspectos individuais, que caracterizam uma pessoa, mas também um aspecto plural, constituído a partir das relações sociais que são permanentemente mutáveis como destaca Gomes:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares, tradições populares e referências civilizatórias que marcam a condição humana. (GOMES, 2005, p. 41)

Assim, entendemos que a identidade deriva do diálogo entre o indivíduo e a sociedade, pressupondo uma interação, pois mesmo que o sujeito reconheça-se inserido em determinado grupo, é necessário uma resposta social a essa inserção.

Afirmar a identidade negra faz parte de um processo de ruptura com os estigmas históricos dessa população que foi inferiorizada e subjugada diante de um ideal estético-cultural eurocêntrico, desde o Brasil colonial.

No entanto, o processo de construção das identidades pessoais, social e étnico-racial é algo bem dinâmico, pois se faz no processo histórico. E caso da sociedade brasileira torna-se bastante confusa, devido à mistura das raças. Desta forma, para Munanga (2009), “Não é fácil definir quem é negro no país”, pois em um país que se estruturou com a miscigenação étnica cultural e desenvolveu o desejo de branqueamento para evitar a ascensão da população negra, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Munanga (2004), afirma ainda, que “os conceitos de negro e de branco têm um fundamento étnico-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. [...] Trata-se de uma decisão política” (MUNANGA, 2004, p. 52). E por se tratar de um posicionamento político, identificar-se com determinado grupo étnico-racial, pressupõe aceitar as características atribuídas a ele, assim como compartilhar dessas características na sociedade.

A partir desse contexto, podemos refletir como a formação que recebemos ao longo da vida é fundamental no processo da construção da identidade, seja ela negra ou não. É necessário conhecermos a importância da contribuição africana na formação da nossa

sociedade e o entender de que, independente das características fenotípicas, a população brasileira é produto da mistura das raças.

Gomes (2005) destaca que assim como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis. Pois a identidade negra é uma construção social, histórica e cultural, onde o sujeito se reconhece na conjunção do grupo étnico/racial a partir da sua história, cultura e relações estabelecidas com o outro. Mas, para compreender o processo de construção da identidade negra no Brasil, é importante considerar não apenas sua dimensão subjetiva, mas, sobretudo o seu sentido político.

Diante disso, há uma desvalorização da construção da identidade negra, pois a criança negra observa os meios sociais na qual participa, onde os padrões de beleza na qual estão inseridas são padrões elitistas, de branco e europeus. Esse padrão europeu que é supervalorizado na sociedade só ajuda a criança a ter uma autoestima ainda mais baixa. Como a criança poderá gostar das suas características se não são respeitadas e muito menos valorizadas.

3- A IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DA CRIANÇA NEGRA: AÇÕES, CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR.

A educação pode ser entendida como um amplo processo constituinte da nossa humanização e que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nos movimentos sociais, na escola, entre outros. A escola é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe, e de idade. E a identidade negra é vista como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade de conflito e diálogos. Portanto para Jacques d'ADESKY:

A identidade para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros, em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante toda a vida, por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto à identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto e dependem, de maneira vital, das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo indenício e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra. (D'ADESKY, 2001, p.76)

A formação da identidade se constitui na interação, e na ideia que o sujeito tem de si mesmo, é feita a partir do diálogo, da convivência com o outro, a identidade negra também perpassa pelo mesmo processo, a única diferença é que para o negro na interação e nesse reconhecimento de si, não ocorre muitas vezes de forma positiva, é sim de forma estereotipada e reprodutora de preconceitos, que vem sendo evidenciada desde a formação do povo brasileiro. Portanto para sair dessa inércia em relação à questão racial, na escola, é preciso assumir o compromisso pedagógico e social de superar o racismo, entendendo-o à luz da história e da realidade social e racial do nosso país. Vemos que a presença significativa de alunas e alunos negros nas ditas classes especiais representa um reflexo da desigualdade racial que assola a sociedade brasileira e impregna a estrutura de suas diversas instituições. Ou seja, a própria estruturada escola brasileira, do modo como é pensada e realizada, exclui os alunos e as alunas negros e pobres.

Não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual. Muitas vezes, os alunos são vistos como “excluídos”, como alguém que, devido ao seu meio

sociocultural e ao seu pertencimento étnico/racial, já carrega congenitamente alguma “dificuldade” de aprendizagem e uma tendência a “desvios” de comportamento, como rebeldia, indisciplina, agressividade e violência. Essas concepções e essas práticas pedagógicas, repletas de valores e representações negativas sobre o negro, resultam, muitas vezes, na introjeção do fracasso em relação às crianças negras. Diante de uma estrutura e de práticas excludentes não é de se estranhar que tantas crianças sejam vítimas do racismo e do preconceito racial.

A escola constitui-se como um sistema reprodutor de preconceitos e práticas racistas, nem sempre explícitas que se caracteriza pelo não trato das questões étnico raciais. O desafio da educação, para enfrentar o racismo no cotidiano escolar, é inventar estratégias educativas e pedagógicas que conduzam a uma aceitação consciente, pelos alunos, de que a sociedade brasileira é plural, étnica e culturalmente, desde os tempos do Brasil colônia. É preciso descobrir técnicas e linguagens que alcancem o imaginário dos alunos e destruam o preconceito, que foi introduzido culturalmente ao longo dos séculos. O processo de autoestima da criança negra prove do ambiente sócio histórico, reforçado pelas ações da escola considerando a criança “inadequada” daí ocorre à evasão escolar e a repetência mesmo com todo esforço da família.

É na memória também que se percebe essa construção de identidade, pois é na memória que o sujeito armazena suas experiências positivas e negativas, e partindo desse conceito percebe-se a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, esses fragmentos de memória influenciam no processo de identidade da criança negra de tal forma que muitas vezes essa criança chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana.

A memória, vinda das experiências com a escola, a igreja, os meios de comunicação, com as expressões orais – piadas, música, anedotas, vaias etc. – mantém em evidência uma clara referência ao passado escravo vivido pela ancestralidade negra no Brasil. A introjeção desse passado fragmenta negativamente a identidade da criança negra quando ela quer “reconhecer-se no passado e imaginar-se no futuro” (MUSZKAT, 1986, p. 27).

É importante incorporar nos currículos da pré-escola, práticas, metodologias que possibilitem a construção de um sentimento de identificação, que regaste a história dos negros, sua herança africana e sua importância na formação do Brasil. Assim a escola que não considera essas dimensões dos alunos, prejudica seu desenvolvimento pleno. Distante (1988, p. 83 apud MUNANGA, 2005, p.120) define a identidade de uma pessoa como a consciência

de que o seu modo de ser, de viver e de falar seja semelhante ou até mesmo possa identificar-se com o modo de ser, de viver e de falar de um determinado povo ou de uma determinada comunidade ou tribo.

A constituição da identidade se dá por meio das interações da criança com o seu meio social, o qual acontece em primeiro momento na família e logo depois, na escola. A entrada da criança na Educação Infantil se apresenta de forma diferente da família, favorecendo novas interações e ampliando, suas noções a respeito de si e dos outros. Essas questões serão aprofundadas no item a seguir.

3.1 A IDENTIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A criação de um espaço para que a criança tivesse a sua infância exercitada além do espaço familiar, foi reivindicada pelos movimentos sociais populares devido à inserção da mulher no mercado de trabalho, como também, a antecipação crescente da escolarização de crianças. Abramowicz (2003), afirma que:

A educação infantil passa por um momento fundamental: o processo de universalização desta etapa da educação básica, que tem sido conquistada a partir das lutas da sociedade civil organizada, em fóruns, das lutas das mulheres, dos partidos populares, etc. No entanto precisamos estar atentos, pois a questão da qualidade de ensino na educação infantil não pode estar dissociada da universalização, as crianças, nessa etapa, são muito pequenas e com repertório menor contra o embate contra o ensino de má qualidade (ABRAMOWICZ, 2003, p. 13,14).

A primeira socialização do indivíduo é uma etapa fundamental do seu desenvolvimento. Ao interagir com outras crianças haverá o desenvolvimento de habilidades, valores, atitudes, ou seja, a criança começa a ser inserida em seu grupo social.

É na constituição de 1988, primeiro documento legal, que está à definição da Educação Infantil como direito de todas as crianças. Em 1990, a ECA, lei nº 8.069 reforça que é responsabilidade do Estado assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade, e menciona também a questão do respeito a valores culturais, ou seja, compreende-se a necessidade dessa socialização.

Os primeiros anos de vida (0-6) são fundamentais pra o desenvolvimento cognitivo da criança. E, é nessa faixa etária que devemos pensar num ambiente positivo e adequado para as crianças, pois tudo que é vivido nessa fase pode influenciar o sucesso ou fracasso dessa mesma criança na vida adulta. A educação infantil no Brasil caracteriza-se como a primeira

etapa da educação básica, dever do estado, direito da criança e opção da família (grupos sociais), essa conquista ao acesso a educação infantil é um processo histórico de lutas e reivindicações, no Brasil Colonial a se dava em casa e instituições religiosas. Portanto:

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnicos raciais para a história e cultura brasileira. (BRASIL, 2003).

Quando se fala em autoestima da criança é necessário compreender suas particularidades, aspectos corporais, culturais. A escola deveria ajudar as crianças a valorizar seu corpo, seu cabelo e sua cultura e não adotar uma postura no qual as (meninas) devem está com os cabelos bem arrumados e presos enquanto os (meninos) devem está com o cabelo bem cortado, querendo moldar o corpo da criança e sua postura e a maneira como ela vê o mundo.

No Brasil foi construído ao longo da história, um sistema classificatório relacionado com as cores das pessoas. O cabelo, transformado pela cultura como sinal mais evidente da diferença racial (...) nesse processo, as cores “branca” e “preta” são tomadas como representantes de uma divisão fundamental do valor humano – “superioridade” / “inferioridade” (BRASIL, 2003).

Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade. A escola ainda oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização, torna-se difícil não perguntar por que o professor se omite em relação às questões étnico-raciais.

A identidade não é algo inato, ela se refere ao modo de ser do mundo e com os outros se tornando algo a mais que cultural, envolvendo também os níveis sócio-políticos e históricos na sociedade. Dessa forma, quando um grupo reivindica uma maior visibilidade social, como tem ocorrido com os negros, mulheres, entre outros segregados. No Brasil tal movimentação aconteceu de forma mais significativa na década de 80, duas décadas depois de

países da Europa e Estados Unidos. Desse modo, a ênfase na identidade resulta na ênfase da diferença, pois quando procuramos a identidade por um grupo social aparece a diferença do indivíduo em relação à sociedade.

A discussão sobre a identidade negra requer mais do que uma simples discussão embasada no senso comum, pois possui dimensões pessoais e sociais. Enquanto sujeito social é através da cultura que definimos nossa identidade: reconhecer-se numa identidade é ao mesmo tempo ter um grupo social de referência. Reconhecer-se não é algo de fácil entendimento, sobretudo no ambiente social em que os referenciais para a afirmação da identidade são contestados ou menosprezados.

Dessa forma, assim como outros processos, a identidade negra é construída gradativamente, de forma que envolve inúmeros fatores. Geralmente o processo de identificação acontece na família, criando ramificações e desdobramentos a partir de outras relações que o sujeito estabelece. A identidade negra se fortifica através da construção social, histórica, cultural e plural, nada fácil em uma sociedade que insiste em propagar que para o negro ser aceito por ela é necessário negar sua história e cultura.

Segundo Vygotsky, a memória é responsável pela construção das funções psicológicas na formação da criança. O autor afirma que o raciocínio da criança muito nova tem características motivadas pela memória, que é naturalmente diferente no caso de crianças maiores. A criança pequena cria uma relação entre raciocinar e lembrar, para ela ambos tem o mesmo significado. Em nenhuma outra etapa da vida ela constrói essa relação entre as duas funções psicológicas, essa ligação ocorre apenas no início da infância.

O conteúdo do ato de pensar na criança, quando da definição de tais conceitos, é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, como o é pelas suas lembranças concretas. Quanto a seu caráter, ele é sincrético e reflete o fato de pensar da criança depender, antes de tudo, de sua memória". (VYGOTSKY, 1998, p.6).

A criança pequena começa a construir o processo de formação do seu intelecto pelas lembranças de ações praticadas por outras pessoas, por situações presenciadas pela criança em sua vivência e etc. Esse processo não se dá pela lógica e sim pelas lembranças concretas, refletindo no ato de pensar, conciliando várias situações vivenciadas, justificando a dependência da memória para raciocinar.

Dessa forma, fazendo uma análise do ponto de vista psicológico, a lembrança tem aspecto mais categórico no início do desenvolvimento do aprendizado. Conforme o processo

desenvolvido na fase da adolescência, ocorrem muitas mudanças, invertendo essa relação. Para a criança, raciocinar significa lembrar; porém para o adolescente, lembrar significa raciocinar. Nesse caso, o processo de lembranças estabelece relação lógica por causa do acúmulo de lembranças em sua memória.

Diante do pensamento de Vygotsky (2010). “a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar”, para ele nenhuma criança entra em uma escola e parte do nada, como se fosse uma tábua rasa, oca, sem preenchimento algum, ao contrário, ela traz uma história, algo que vem antes e que pode ou não ter continuidade. Portanto, aprendizagem e desenvolvimento não entram em contato pela primeira vez na idade escolar, eles estão ligados entre si desde os primeiros dias de vida da criança. (VYGOTSKY, 2010, p.111)

Por tanto, esse processo de construção se inicia desde o nascimento até o fim da infância compreende-se que a criança constrói sua identidade dentro e fora do ambiente escolar. Quando a criança é inserida na escola, ela já traz consigo acúmulo de lembranças em sua memória. Algumas crianças são inseridas muito pequenas no contexto escolar, elas ainda não conseguem fazer relação entre as lembranças acumuladas em sua memória e a lógica.

3.2. A LEI 10.639/03

À construção de políticas educacionais voltadas para a Educação das Relações Étnico-raciais surgem em virtude da ação do Movimento Negro Unificado que, desde as décadas de 1970 e 1980, entende que a educação é a chave para a construção de uma sociedade mais democrática e respeitosa, sendo que historicamente, foi negado para a população negra o acesso a determinados bens sociais, a exemplo de saúde, educação, moradia, etc. Portanto, para Gomes:

A luta pela inserção da questão racial nas políticas públicas deu-se a partir dos anos 90 com as reivindicações intensas do Movimento Negro brasileiro, grupo de intelectuais que trazem o debate sobre a dimensão ética da aplicação destas políticas, a urgência de programas voltados para a justiça social e a necessidade de políticas de ações afirmativas que possibilitem tratamento apropriadamente desigual a indivíduos em situações sociais, étnico-raciais, de gênero, geracionais, educacionais de saúde, moradia e emprego historicamente marcados pela exclusão, desigualdade e discriminação (GOMES, 2010, p.7).

A partir de 2003, vários pensadores fizeram reflexões sobre o ensino da História e das problemáticas propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (BRASIL, 2004). Entre as discussões, o debate acerca do combate à discriminação racial e o ensino da História

da África. Ensinar História da África aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar brasileira.

Diante de tamanha disparidade social, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639 (BRASIL, 2003) , para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) alterada pela Lei 11.645 de 2008, passando a incorporar também a história e cultura dos povos indígenas. Mas deu-se conta das dificuldades de sua efetividade, a começar que com algumas exceções os professores nunca tiveram em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a história da África, além do que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nestes níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, os alunos passam a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações.

Efetivar a lei 10.639 (BRASIL, 2003) é tarefa dos professores, e de toda a escola, não apenas como um projeto, em datas comemorativas, mas sim em todo ano letivo, pois é necessário que se recupere o orgulho de ser negro, buscar metodologias que desenvolvam a autoestima das crianças negras, e tratar a História da África e da presença negra no Brasil, de forma positiva, abordar sim as lutas, mas também evidenciar o negro enquanto sujeito de direitos.

3.3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE RESPALDAM AS PRÁTICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Existe a crença que o preconceito e a discriminação não fazem parte do cotidiano da educação, que não há conflitos entre as crianças por conta de suas características raciais, de que nessa etapa os professores não fazem escolhas com base no fenótipo das crianças. Nesse território, há a ideia de felicidade, afeição, e na verdade não é isso que ocorre. Falar que as crianças negras, não sofrem preconceito e que não há discriminação racial na escola, é uma ideia que não condiz com a realidade.

O CEERT (2012, p.9) ainda afirma que se houver uma intervenção qualificada e que não ignore a raça como um componente importante no processo de construção da identidade da criança terá outra história sendo construída.

Se a criança negra se sente bem com seu rosto, sua cor, seus cabelos, assim como uma criança branca se sente bem consigo mesma, as chances de haver uma aceitação e respeito

entre elas é grande. As crianças percebem as diferenças físicas, tipo de cabelo e a cor da pele muito mais cedo que o senso comum imagina, chegando a ignorar a percepção do diferente aos olhos das crianças. Assim gerando a formação do pensamento racial e discriminação, segundo o Ministério da Educação.

Ainda de acordo com o CEERT:

(...) Ao reivindicarmos que é necessário abordar na educação infantil aspectos que tratem das relações raciais é porque as marcas raciais, cor de cabelo, aspectos culturais são elementos presentes no cotidiano das crianças nesta faixa etária suscitando-lhes curiosidades e conflitos que não podem ser desconsiderados. (CEERT, 2012, p. 29).

É de suma importância que desde a educação infantil se trabalhe temas transversais como raça/diversidade, para que no futuro consigamos pensar em sujeitos que consigam viver harmoniosamente com o diferente. De acordo com Silva:

A educação, umas das vias de socialização da maioria dos indivíduos que a frequenta em especial, as crianças, têm papel transformador na vida das pessoas. Ela pode modificar uma dada realidade a partir de possíveis intervenções reais contextualizadas na sociedade da qual estamos inseridos. (SILVA, 2007, p.3)

Algumas crianças já trazem para o espaço escolar algum tipo de preconceito ou conflito que pode estar vinculado ao contato familiar ou não, que é produzida por uma sociedade que valoriza o fenótipo cor de pele branca, cabelos lisos, uma sociedade elitizada. Onde o belo está relacionado às características citadas, quaisquer características diferentes, quem não as possuem, como o índio e o negro são denominados como feio, sujo, inferiorizando o diferente de uma sociedade burguesa. Nesse sentido, Silva aponta que:

A ideologia da inferiorização, além de causar auto rejeição, a não aceitação do outro assemelhado étnico e a busca do branqueamento, internaliza nas pessoas de pele clara uma imagem negativa do negro, veem, na maioria 30 das vezes com indiferença e insensibilidade a sua situação de penúria e o seu extermínio cultural e físico. (SILVA, 2004, p.36)

Essa inferiorização nos leva a uma grande adjetivação, caracterizando os negros como inferiores tornando realidade o preconceito racial. Essas características negativas atribuídas ao

negro vêm desde a época onde eles foram submetidos à escravidão, servindo senhores e os colocando em condições desumanas, sem direito a saúde, lazer, educação.

Na sociedade atual, não é mais aceitável essas condições miseráveis que eram postas ao negro. Há um novo discurso, lutas por novas práticas e ações que respeitem a diversidade. As Leis (9394/96) Diretrizes e Bases a LDB, no artigo 26, busca atender essa demanda da população:

O Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 1996)

O art. 26-A acrescido à Lei 9394/1996 e a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) não inclui somente novos conteúdos também provoca um repensar sobre as relações sociais e étnico-raciais, assim como uma reflexão sobre os procedimentos de ensino, as ações pedagógicas e os objetivos da educação nas instituições escolares. É um novo olhar e uma mudança de postura sobre a história afro-brasileira. É uma mudança nas práticas pedagógicas para que se reverta à visão estereotipada sobre a população negra.

É imprescindível que as escolas reformulem seus projetos políticos pedagógicos, com o objetivo de incluir as relações étnicas raciais, que promovam mudanças nos ambientes escolares, que aja uma desconstrução de tudo que foi relacionado ao negro como sujo, feio, e inferior. É evidente que tais ações refletirão na transformação da sociedade, interferindo de forma positiva na autoestima do negro.

A Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) tem o intuito de orientar as instituições quanto a suas atribuições de promoverem a valorização das matrizes culturais no Brasil e combater a discriminação incorporando a diversidade étnico-racial da sociedade nas práticas escolares. Sendo a escola um espaço de formação de cidadãos e construção de identidade, ela exerce um papel importante na efetivação desta lei. Buscando mudar as práticas escolares e implementando o currículo escolar de acordo com as indicações da lei.

Para cumprir com os conteúdos programáticos determinados pela Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) vêm os desafios do ensino e da formação dos professores, pois a temática

implica em enfrentar e desconstruir o mito da democracia racial, tratando de forma adequada as questões raciais existentes na escola e principalmente em sala de aula.

É necessário que existam materiais bibliográficos e outros recursos didáticos que deem amparo ao docente na formulação de seu planejamento e aplicação da aula. Mas, também, é necessário que o professor seja capacitado através de cursos para que saiba utilizar esses materiais de forma coerente para que atinja seu objetivo de levar o conhecimento. Para isso ele necessita da formação continuada, cursos pertinentes que promovam sua qualificação. A capacitação através da formação continuada é importante, pois, irá permitir que o docente conhecesse a Lei 10.639 (BRASIL, 2003), o percurso de sua normalização e seus impactos. Além de conhecer os Parâmetros Curriculares Nacionais da referida Lei e principalmente tome conhecimento da cultura africana, para que possa fundamentar e executar seu planejamento de forma que se cumpra a Lei.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais é um conjunto de práticas, conceitos, e referenciais implícitos e explícitos que pretende formar no âmbito das instituições de ensino público e particular uma cultura de convivência respeitosa, solidária, humana entre públicos de diferentes origens, pertencimentos étnico-raciais presentes no Brasil e que se encontram nos espaços coletivos de aprendizagem (escolas, faculdades, centros formativos). Impulsiona-se esta política a partir das demandas nacionais e internacionais para o combate ao racismo, xenofobia e todos os preconceitos e intolerâncias que geram violências na sociedade e atingem também os espaços de educação (escolar ou superior).

O texto da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) passou por inúmeras leituras e análises; coleta de contribuições e audiências públicas gerou três versões antes que chegasse ao atual texto em reflexão. Aqui compreende-se a BNCC como alicerce donde devem ser erguidas paredes por parte dos Sistemas de Ensino, redes de escolas públicas e particulares, como todo alicerce, já prevê onde ficam as colunas, os cômodos, as dimensões de área do edifício a se construir. De acordo com BNCC:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018).

O documento contempla a educação para as relações Étnico-Raciais, seus conteúdos efetivamente tem aplicabilidade em vista aos marcos legal, como a Lei 10.639 (BRASIL, 2003), e a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais?

A Base Nacional Comum Curricular não pode ser levada em conta como o único documento utilizado para construção de conhecimentos, programas, materiais didáticos, paradidáticos, cursos e instrumentos normativos em educação para as relações étnicas raciais, mas deve ser considerada e consultada como ponto de partida para localizar nos Marcos Regulatório já existente as definições e conceituações, objetivos e metas didático-pedagógicas. Continua, portanto, de fundamental importância o estudo e entendimento das Diretrizes Curriculares específicas de cada área temática, Afro brasileira, Africana, Cigana, Quilombola, Indígena, entre outras. É preciso ainda levar em conta que a BNCC precisará não somente ser entendida e estudada, mas sua prática se efetivará na mudança, construção ou atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos e Programas de Cursos dos Sistemas e instituições.

4. METODOLOGIA

Este capítulo é destinado ao relato dos procedimentos metodológicos empregados na presente pesquisa, à apresentação e a análise dos resultados obtidos.

Desde os primórdios os seres humanos produzem conhecimentos. Há princípio esses conhecimentos eram baseados simplesmente nas evidências observadas em seu cotidiano e naquilo que o ser humano julgava ser verdadeiro sem a preocupação de explicações profundas a respeito de nada. Com o passar do tempo, se fez necessário o conhecimento aprofundado acerca de alguns fenômenos com a finalidade de tornar a vida humana mais organizada e produtiva. Dessa forma “os homens de cada período histórico assimilam os resultados científicos das gerações anteriores, desenvolvendo e ampliando alguns aspectos novos”. (CERVO, 1983, p. 9).

Consciente disso, o ato de estudar a fim de aprimorar seus conhecimentos passa a ser primordial para que as pessoas possam acompanhar o ritmo acelerado com que o mundo vem evoluindo e assim não ficar alheias às mudanças, nem se iludir com informações vagas e sem comprovação que são veiculadas pelos meios eletrônicos.

Mesmo na escola, onde deveria ser o local ideal para se desenvolver a pesquisa, pode ocorrer à disseminação do senso comum, por falta de um planejamento mais rigoroso e sistematizado. De acordo com Lakatos (1991) se faz necessário à diferenciação entre o que é senso comum e conhecimento científico. Para a autora:

(...) senso comum é transmitido de geração para geração por meio de educação informal e baseado em imitação e experiência pessoal, portanto, empírico e desprovido de conhecimento [...], já o conhecimento científico é transmitido por intermédio de treinamento apropriado, sendo um conhecimento obtido de modo racional, conduzido por meio de procedimentos científicos. (LAKATOS 1991, p. 14).

Fundamentado nessas definições o conhecimento só pode ser considerado científico se for sistemático, baseado em experimentos com a finalidade de se comprovar sua veracidade ou não. Em razão disso, a escola passa a ser o local adequado para a disseminação e produção do conhecimento científico, já que sua função primordial da pesquisa é fazer parte do cotidiano de todos os profissionais da área educacional, em razão de que os acontecimentos mundiais, a descoberta científica vem se transformando a cada dia numa velocidade muito rápida.

4.1 CARACTERIZAÇÕES DA PESQUISA: LOCAL E SUJEITOS

Os sujeitos são professores (as) de uma escola pública da rede municipal de Guarabira/PB, o total de docentes que compõem o quadro da escola são 15 professores, foram escolhidos cinco professores mediante a disponibilidade de participar da presente investigação, sendo três do sexo feminino e dois do sexo masculino.

Quanto a sua classificação étnica, três delas se autodeclararam negros e duas se declaram pardas. De acordo com o IBGE (2016), dados mostram que entre 2012 e 2016, o número de brasileiros que se autodeclararam pretos aumentou 14,9% no país. Dois fatores podem explicar o crescimento da população preta, de acordo com a pesquisadora Maria Lucia Vieira (IBGE, 2016) o primeiro é o aumento da fecundidade entre pessoas negras, o segundo é o aumento de pessoas que passaram a se reconhecer na cor preta, apontou. Para especialistas, a cor preta deixou de ser um ônus e passou a ser um fator de orgulho.

Mesmo com esse aumento de brasileiros que se autodeclararam pretos, ainda sim, o processo de "embranquecimento" se faz presente. Hofbauer (2007) afirma que na busca pela constituição da Nação estava incluída a ideia de homogeneidade, de unidade, que nunca vislumbrou a inclusão das culturas étnicas não brancas. Homogeneidade e unidade foram sinônimas de aniquilação da cultura negra e indígena.

Com relação à formação dos professores, todos possuem graduação, sendo que um professor possui mestrado. Quanto ao tempo em sala de aula, estão entre 5 a 30 anos ministrando aulas. Tais dados constataam que o quadro de professores tem experiência em termos educacionais e que nesses 30 anos ministrando aulas.

Atualmente o corpo discente está formado por 215 alunos numa faixa etária de 4 anos á 10 anos, distribuído em 8 turmas sendo que no turno da manhã funciona de 1º ao 5º ano, e no turno da tarde funciona a educação infantil. Seu horário de funcionamento vai de 07:00 ás 11:00 da manhã e de 13:00 às 17:00 da tarde. Além disso, a escola também oferece no turno oposto, aulas de reforço escolar, aulas de capoeira, aulas de música e instrumentos percussivos e flauta doce, e ainda consta recentemente com o programa mais alfabetização, dispondo de auxiliares que atua no 1º e 2º ano, para o favorecimento da alfabetização na idade certa.

A escola oferece uma estrutura física conservada, sendo considerada uma da escola modelos de Guarabira/PB. Dispõe de boas instalações, tais como seis salas de aulas, uma

biblioteca, uma sala de informática, uma sala da secretaria, uma sala da diretoria, uma sala de captação de recursos, uma capela, uma cozinha com refeitório, um salão para eventos e reuniões, 5 banheiros, 2 almoxarifados, uma área verde com parquinhos para as crianças brincarem, um campo de futebol, uma quadra de futebol de areia e um ginásio poliesportivo.

4.2. INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS

O instrumento de pesquisa apresenta determinados norteamentos para sua realização, estando diretamente relacionada com a definição do objeto da pesquisa, é o caminho que a pesquisa percorre, e utiliza-se de procedimentos e instrumentos para a coleta de dados. Sendo assim para Duarte (2002, p. 140) “A definição do objeto de pesquisa assim como a opção metodológica constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto ao texto que se elabora no final”.

Segundo a autora, as conclusões de um estudo são possíveis devido aos instrumentos utilizados na coleta de dados e a interpretação dos resultados obtidos, sendo que a descrição desses procedimentos, além de apresentar uma formalidade, permite aos outros pesquisadores percorrerem o mesmo caminho da pesquisa e confirmarem as afirmações apontadas no estudo inicial. Muitos são os instrumentos de pesquisa tais como: questionários, observação, entrevistas, etc. Sendo sua escolha de acordo com o objetivo da pesquisa a ser desenvolvida.

Por tanto, os instrumentos que melhor atendem esta pesquisa foram à observação e a entrevista. Gil (1999) destaca que na observação os fatos são percebidos de forma direta, sem que haja qualquer tipo de intermediação, sendo considerada uma vantagem, em comparação aos demais instrumentos. Segundo Gil (1999) e Marconi e Lakatos (2003) a observação apresenta as seguintes vantagens: possibilita meios diretos e satisfatórios para estudar uma ampla variedade de fenômenos; propicia a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais; permite obter dados não contemplados em questionários e entrevistas.

Marconi e Lakatos (2003, p. 190) definem a observação como “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”.

Nesse sentido, a observação utilizada ocorreu de forma simples, os dados coletados não utilizaram meio técnico elaborado, foram sendo registrado ao passo que ia ocorrendo à observação. Nessa pesquisa observou o campo de estudo, o ambiente físico, observou-se também se professores fazem o planejamento de aula voltado para atender a lei nº10.639/03

(BRASIL, 2003), se a escola tem materiais disponíveis que favoreçam a temática e documentos, como o Projeto Político Pedagógico da escola, e se o referido faz referências ao trabalho com as questões étnico-raciais, em atendimento a lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003).

Por seguinte fez-se uso da entrevista, sendo o segundo instrumento mais adequado para atender o objetivo dessa pesquisa, sendo um método bastante utilizado no desenvolvimento de trabalhos científicos. A autora Gil (1999, p. 117) conceitua a entrevista como “uma forma de interação social. Especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 198) e Gil (1999, p. 118-119) as vantagens da entrevista baseiam-se em: Não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever; oferece flexibilidade, pois o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista; possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas; há possibilidades de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias; possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, como também a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.

Nesta perspectiva para realização das entrevistas referente a esta pesquisa, foi realizado um roteiro prévio, optou-se por uma entrevista semiestruturada, Demo (1995) define a entrevista semiestruturada como a atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade. Por sua vez, Minayo (1996) defende ser o fenômeno que permite aproximarmos os fatos ocorridos na realidade da teoria existente sobre o assunto analisado, a partir da combinação entre ambos. Manzini (1990/1991, p. 154) destaca ser importante que o roteiro de entrevista seja organizado com perguntas básicas (principais), de modo a permitir que sejam "complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista". Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre, desvinculadas de alternativas que possam ser sugeridas pelo roteiro utilizado, permitindo que os entrevistados sejam mais espontâneos. Sendo assim o pesquisador tem a possibilidade de explorar de forma ampla a temática investigada, além disso, as perguntas são no geral abertas e respondidas por meio de uma conversa informal.

O roteiro baseou-se em questões direcionadas aos professores atuantes na escola, sendo a entrevista estruturada a partir da aplicabilidade da Lei 10. 639/03(BRASIL, 2003). Portanto, foram abordados os seguintes aspectos: o perfil dos entrevistados, o conhecimento

da Lei 10. 639/03 (BRASIL, 2003), o posicionamento dos sujeitos frente às questões étnicas raciais, recursos didáticos que o professor pode utilizar e que favorecem as questões étnicas.

Também buscamos saber o que o professor pensa sobre os projetos pedagógicos, desenvolvido na escola , que tragam essa temática para dentro da escola, conseqüentemente para dentro da sala de aula, tendo em vista que essa temática não pode ser trabalhada esporadicamente, ou apenas em datas comemorativas e sim o ano todo. A partir do que foi colocado durante a entrevista, temos que pensar: a escola promove ações que contribuam para a formação da identidade étnico-racial da criança negra?

4.3 PROCEDIMENTOS

Os dados coletados pela pesquisadora para realização da investigação ocorreram entre setembro e outubro de 2018, em momentos diferentes. Em um primeiro momento, houve um contato prévio com a escola, campo da pesquisa, na qual a referida apresentou-se expondo suas propostas e os objetivos para sua investigação. Neste momento a pesquisadora deixou pré-estabelecido o retorno desta, para realização das entrevistas, como acordado com os professores e também para mais observações da escola e seus aspectos gerais, no primeiro contato foi possível à realização da descrição da escola.

As entrevistas ocorreram no espaço da escola, campo de investigação, de acordo com a data e o horário preestabelecido com os professores, conforme sua disponibilidade, dessa forma foram entrevistados cinco professores, sendo duas professoras da educação infantil, uma professora do 2º ano, um professor do 3º ano e o professor de capoeira da escola, visando extrair informações pertinente á investigação.

Quanto à observação, esta se deu de forma simples e natural nos momentos de contato da pesquisadora com a escola, na qual foi observado seu espaço físico, observou-se também se professores fazem o planejamento de aula voltado para atender a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), o acervo da biblioteca, o material com a temática que escola utiliza, e o projeto político pedagógico da escola.

4.4 MÉTODOS

O procedimento mais adequado para a investigação faz uma abordagem qualitativa por permitir uma relação entre o mundo real e o sujeito, quanto ao procedimento é o tipo, estudo de caso.

Nesta perspectiva, a pesquisa qualitativa é a que defende o estudo do homem, levando em conta que o ser humano não é passivo, mas sim que interpreta o mundo em que vive continuamente. Flick (2004) argumenta que a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações da realidade social, bem diferente da quantitativa que prioriza números e modelos estatísticos. Na mesma linha utilizada por Flick (2004) está Marques (2006) ao defender que a abordagem qualitativa é aquela em que os dados não são passíveis de ser mensurados matematicamente. Por isso, compreender a realidade por meio de uma abordagem qualitativa é percebê-la a partir da subjetividade dos sujeitos-participantes da investigação.

A pesquisa qualitativa visa compreender profundamente os fenômenos de dada realidade e não se preocupa ao quantificar, e sim a uma causa, um motivo de ser daquele objeto de investigação. Os dados da pesquisa qualitativa sugerem mais a análise do processo do que do produto propriamente dito, o que é pertinente é como aquele problema se manifesta.

De acordo com Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa supõe contato direto do pesquisador com os sujeitos da pesquisa e com a situação na qual a pesquisa está sendo desenvolvida. Por isso, ao se trabalhar com o método qualitativo, é importante estar atento às circunstâncias em que os objetos da pesquisa se inserem, uma vez que os dados coletados são predominantemente descritivos. Percebe-se, então, que o material da pesquisa qualitativa é rico na descrição das pessoas, situações e acontecimentos.

Para sua realização a pesquisa qualitativa assume vários caminhos, como a pesquisa etnográfica, pesquisa documental, estudo de caso e estudo de campo, entre outras. Dentre essas foram utilizados neste trabalho, o estudo de caso, procedimento o qual será descrito a seguir.

O estudo de caso que, segundo Lüdke e André (1986, p. 17) vai estudar um único caso. O estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular, ainda nos elucidam que “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”. Tal estudo de caso apresenta características fundamentais que são destacadas pelas mencionadas autoras. Essas características são as seguintes:

- 1 – Os estudos de caso visam à descoberta.
- 2 – Os estudos de caso enfatizam a ‘interpretação em contexto’.
- 3 – Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.
- 4 – Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação.
- 5 – Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas.
- 6 – Estudos de caso procuram

representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. 7 – Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 18-20).

Um estudo de caso vai apresentar três fases em seu desenvolvimento. Ele caracteriza-se da seguinte forma: inicialmente, há a fase exploratória; num segundo momento, há a delimitação do estudo e a coleta de dados; e, num terceiro estágio, há a análise sistemática desses dados, culminando na realização do relatório (NISBET E WATT, apud LÜDKE E ANDRÉ, 1986).

A fase inicial constitui de definir mais precisamente o objeto, de especificação dos pontos críticos e das questões que serão levantadas, do contato com o campo e com os sujeitos envolvidos. Depois dessa fase exploratória, o pesquisador deve identificar os contornos do problema a ser estudado, podendo, então, coletar os dados sistematicamente, usando instrumentos de sua escolha que, para ele, são os mais adequados para caracterizar a problemática. O terceiro momento que representa o desenvolvimento do estudo de caso é a fase de análise dos dados e da elaboração do relatório.

É importante acrescentar que essas três fases não constituem uma sequência linear, havendo uma superposição entre elas. Não a como precisar um instante de separação, uma vez que elas “se interpolam em vários momentos, sugerindo apenas um movimento constante no confronto teoria-empíria” (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 23).

A presente pesquisa visou conhecer as ações que a escola promove que favorecem a formação da identidade étnica- racial, para isso investigou a aplicabilidade da Lei 10. 639/03 (BRASIL, 2003) e suas ramificações na escola. Tomando por base a metodologia utilizada na presente pesquisa, o item que se segue, dedicou-se a apresentar e analisar os resultados obtidos pela investigação.

4.5. ANÁLISE DE DADOS

A análise apresenta os resultados da pesquisa de um modo geral e detalhado categorizando a problemática da investigação, sendo assim é importante prezar pelos resultados obtidos e divulgá-lo nesse item, portanto para Minayo:

Enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto. “(...) o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado

sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente) (MINAYO, 2003, p.74).

A análise dos resultados é fundamentada no referencial teórico, que embasa todas as afirmativas e negativas contida na pesquisa, onde o investigador evidencia seu ponto de vista sobre a temática abordada de forma crítica e construtiva. Para tanto no trabalho analisaremos o projeto político pedagógico que deveria viabilizar as questões étnicas raciais na escola, algumas falas dos professores que são pertinente e importante para pesquisa e os matérias disponíveis para trabalhar essas questões na escola.

4.5.1 AMBIENTE FISICO

E se tratando de ambiente físico, notou-se que esta traz traços na sua decoração de forma positiva dos povos negros e indígenas, muitos objetos de decoração que remete a capoeira, objeto de decoração indígena também, fazendo referencia a diversidades de povos existentes no Brasil. Foi observado também que na sala da turma do 3º figuras negras importantes estampadas na parede como: Nelson Mandela, Martin Luther King, Zumbi dos Palmares e a cantora Iza, o professor nos informou que foi sobre uma atividade realizada em sala.

4.5.2 DOCUMENTOS OFICIAIS

A escola possui um documento que norteia todo seu funcionamento, o projeto político pedagógico é indispensável para a implementação efetiva das diretrizes curriculares nacionais para educação étnica racial. O PPP contempla o currículo escolar, portanto não pode ser analisado de forma neutra e dissociado. De acordo com Veiga (1995), o PPP não é um simples agrupamento de planos e atividade e não compõem apenas um item burocrático da escola.

Ele é [...] uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VIEGA, 1995, p. 12,13).

Portanto, nesse sentido em observação ao documento apresentado pode constatar que está contempla questões e os objetivos relacionados ao ensino da história e cultura afro brasileira. Com isso percebe-se a preocupação, pois ela aparece nos planos da escola e nos conteúdos incluso no livro didático e paradidático existente na escola.

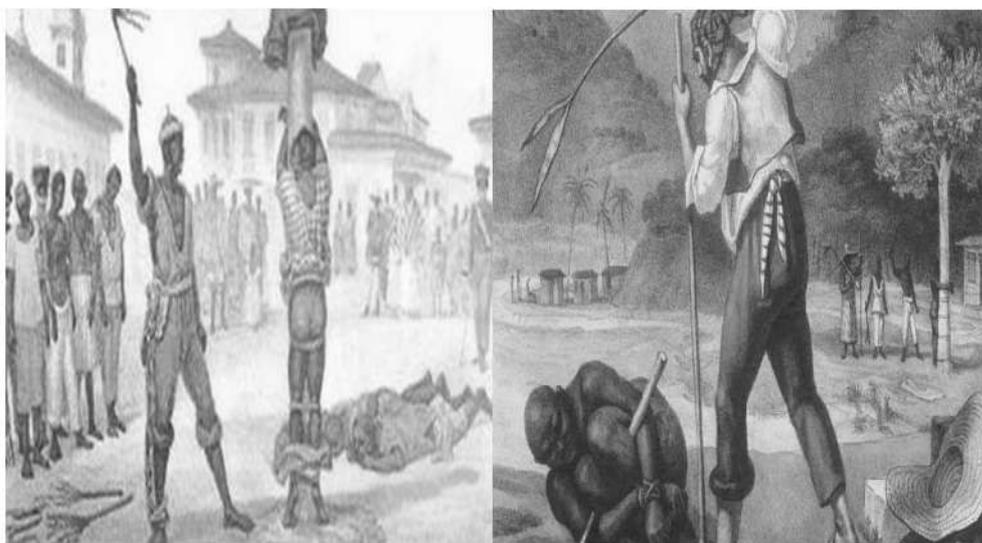
No projeto encontram-se pontos importantes tais como “incentivar o respeito e a diversidade, levando a criança a conhecer diferentes elementos culturais que fazem parte integrante da história do povo brasileiro, valorizando as diferenças.”, “Respeitar e valorizar elementos e características das crianças como religião, cor, identidade. ”, “Projetos didático que valorizam a cultura africana, mas não apenas em datas marcadas, mas o ano todo que trabalhe a temática das questões étnicas e suas ramificações. ” Diante disso a escola favorece para construção de um ambiente democrático e plural que busca oferecer uma educação voltada para diversidade , combatendo e amenizando o impacto causado pela exclusão, discriminação, preconceito e racismo.

4.5.3 OS MATERIAIS DISPONÍVEIS

Quanto aos livros utilizados pela educação infantil foram observados: menina bonita do laço de fita, Bruna a galinha d’angola, e a história do Rei Galanga. E na turma do 2º, 3º foram observados: A cor da vida Obax, Cada um com seu jeito e cada jeito é de um , África: um breve passeio pelas riquezas e grandezas africanas .



Apenas o livro didático do 5º ano traz um conteúdo sobre a escravidão dos negros no Brasil, onde a professora colocou que esse livro utilizado é escolhido pela secretaria de educação, apesar da consulta pública a mesma relata que essa não é levada em consideração.



Então é importante que escola tenha matérias que abordam temas da história e cultura afro-brasileira e africana, pois enriquecem e incentiva os alunos negros fazer o reconhecimento de si. Para Cavalleiro (2000):

Os estudos apresentados evidenciam o fato de o sistema formal de educação ser desprovido de elementos propícios à identificação positiva de alunos negros com o sistema escolar. Esses estudos demonstram a necessidade de uma ação pedagógica de combate ao racismo e aos seus desdobramentos, tais como preconceito e discriminação étnicos. Eles podem estar ocorrendo no cotidiano escolar, provocando distorções de conteúdo curricular e veiculando estereótipos étnicos e de gênero, entre outros, por intermédio dos meios de comunicação e dos livros didáticos e paradidáticos. (CAVALLEIRO, 2000, p.35)

Ainda sobre o livro didático foi verificado que a temática da história dos negros é contada de forma superficial trazendo algumas reproduções, da figura do negro de forma negativa, o livro apresenta o negro de forma caricatural, não favorecendo um reconhecimento da criança negra consigo mesma e uma identificação com sua história.

Durante muitas décadas, os negros e negras foram retratados nas histórias infantis, como figuras ingênuas, escravos, serviçais, subalternos desempregados, órfãos, abandonados, como coadjuvantes da ação (...). Quando eram mulheres, apareciam como cozinheiras ou lavadeiras, geralmente gordas, vistas como crias da casa (...). Esses estereótipos são transmitidos tanto através da linguagem verbal, quanto da não verbal, através das ilustrações. (PARREIRAS, 2007, p.43).

Então faz necessário que o professor como mediador do conhecimento, utilize o livro didático transformando, de forma crítica, na intervenção pedagógica, na sua prática, atentar-se para não reproduzir os conceitos que esses livros trazem e sim usá-lo a favor da quebra desses estereótipos.

4.5.4. DAS ENTREVISTAS

Tomando por base os dados fornecidos pelos professores da escola municipal São Rafael, objeto da investigação presente, após a realização das entrevistas foi possível chegar aos resultados descritos a seguir:

4.5.4.1 A LEI 10.639/03 E APLICABILIDADE EM SALA DE AULA

“A lei traz um histórico de avanço para nós negros, temos a possibilidade de discutir essas questões na escola, coisa que antes apenas não se percebia no processo de aprendizagem”. (Professora A)

A Lei 10.639/03, sob o apoio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, vem legitimar é a promoção de ações que visem à igualdade racial no seio escolar e acadêmico e que possam, posteriormente, atingir outros espaços.

“Pensar na lei 10.639/03 é pensar também no perfil dos nossos alunos, que trás consigo uma carga de vulnerabilidade social já que são crianças do abrigo também, em sua maioria negra, então atentar-se para essas questões é imprescindível para a formação integrante do sujeito, então o conteúdo de história da África viabiliza esse processo e traz outras questões à tona, o combate do preconceito na escola de estereótipo que estão presente todo dia na mídia e até no livro didático.” (Professora B)

Em se tratando da lei 10.639/03, quatro dos cinco professores afirmaram conhecer a lei, apenas uma afirmou não ter conhecimento, pelas falas acima descritas podemos afirmar que esses profissionais conhecem sim, em sua maioria, a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003).

Não conheço sobre a lei a fundo, mas já ouvi falar. (Professora C)

Como trabalhar as questões étnico-raciais se não existe um conhecimento sobre a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), e suas especificidades. *“Conhecer a lei é importante para ter um aporte maior para essa temática dentro da sala de aula, a capoeira faz um resgate cultural imensurável eu sou suspeito a falar, trabalha a criança integralmente, sentamos numa roda e*

conversamos sobre tudo que diz respeito à capoeira, sobre a vida, e depois cantamos canções, e esse trabalho começa na educação infantil, temos avanços com crianças antes da capoeira e depois da capoeira”. (Professor D).

4.5.4.2 IDENTIDADE NEGRA

“Meu contato com a identidade negra vem desde criança, sou preta e sinto na pele o quanto esses processos podem ser dolorosos, hoje muito se fala em assumir seu cabelo porque faz parte do que você é, mas me recordo que ainda criança, o meu cabelo deveria estar sempre muito liso, minha mãe não deixava sair de cabelo molhado, lembro-me de um passeio da escola, no qual ela foi para acompanhar, chegando lá tinha uma piscina no qual eu fiquei com muita vontade de tomar banho, mas ela não deixou, pois afirmou que ia bagunçar todo meu cabelo. Isso foi marcante na minha infância, na escola percebo essa vontade que as mães têm de domar os cabelos das meninas, enquanto outras mães permite que a filha assuma sem problema algum, eu enquanto professora busca ajudar essas crianças nesse processo de aceitação porque mesmo com essa discussão em pauta e existindo referências negras para essas meninas ainda sim o embranquecimento racial se faz presente”. (Professora A)

Percebe-se, assim, a intenção de anular o negro na história do Brasil, com a postura de colocar o mestiço em um —lugar nenhum, sem história e, portanto, sem identidade étnica, desarticulando assim o movimento negro e sua luta pela valorização da identidade negra (MUNANGA, 1999).

A identidade negra é uma construção coletiva, de pardos, mulatos e negros que conhecem sua história, não apenas os sofrimentos quais foram submetidos seus antepassados quando escravizados, mas pelas lutas por liberdade e igualdade, reconhecendo o negro como um povo que ajudou a construir este país, não apenas através de mão de obra, mas também cultural e intelectual.

“Fui taxado de macumbeiro quando cheguei a Guarabira, disseram que minha arte era coisa de vagabundo, as pessoas definiram sem ao pior conhecer de verdade, faz vinte anos que trabalho com crianças e noto que as crianças negras se percebem com a autoestima baixa e a capoeira faz um resgate da identidade negra que a sociedade insiste em embranquecer, além de trazer valores sociais e culturais para agregar na formação do aluno”. (Professor D)

4.5.4.3 METODOLOGIAS E RECURSOS DIDATICOS QUE VIABILIZAM AS QUESTÕES

O déficit de materiais didáticos com a temática é a realidade de muitas escolas. Muitos dos livros disponíveis na escola, não contemplam os conteúdos a história e cultura Afro-brasileira e africana tornam-se um problema para o trabalho dos professores (as), principalmente tratando-se das séries iniciais

“É importante trabalhar o material que é disponível só que atentando que esse assunto não pra ser discutido esporadicamente, e sim muitas vezes porque ele surge, os conflitos em sala de aula também e fica difícil passar por cima de certas questões. Mas também buscar outras fontes, esse ano trabalhamos com o filme Kiricu e a feiticeira e refizemos em forma de peça musical, então é muito importante buscar maneiras de trabalhar a temática tendo cuidado com estereótipos e autoimagem negativa que os livros didáticos trazem.” (Professor E)



Há várias metodologias e recursos que podem ser utilizados por professores/as, entre eles, a literatura, sobretudo, a infantil, visto que várias obras trazem protagonistas negros, cujas narrativas positivas podem ser utilizadas por professores/as para abordar em sala de aula a história e a cultura afro-brasileira e africana, e assim romper com o “imaginário estereotipado do negro” e promover no ambiente escolar a visibilidade étnico-racial, de modo que todos possam ser representados e valorizados.

“Os livros infantis utilizados na escola dão aporte para realização de atividades que valorizem as questões étnicas raciais, mas o livro didático ainda trás alguns estereótipos negativos, imagens e textos reprodutores de preconceito, que não contribui em nada na formação de uma identidade negra positiva e tampouco contempla as questões étnico-racial”. (Professora B)

O que os professores podem fazer diante de tal contradição? Como trabalhar com o material didático no qual, o próprio não esta de acordo com o que é previsto na lei e nos parâmetros curriculares nacionais? Com base nesses questionamentos percebemos o quão importante é a intervenção pedagógica e as práticas antirracistas que podem ser utilizadas pelos professores, não mais tomando o livro como base e como reprodutor de preconceitos e sim utilizando de forma critica, mostrando para os alunos, outros pontos de vista, a história contada a partir dos escravizados e não na visão do branco europeu.

4.5.4.4 FORMAÇÃO PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAL

A efetivação da Lei 10.639 (BRASIL, 2003) apresenta questões importantes, assim como a qualificação e formação dos professores diante da temática, ainda existe uma resistência quanto ao ensino da cultura afro-brasileira e africana, como muitos professores não tem conhecimento aprofundando sobre essas questões, sentem-se despreparado e inseguro.

“Minha formação inicial não teve disciplinas voltada para as questões do negro, o que não me impediu de buscar a fundo, como abordar esse tema nas minhas aulas, que aparece tão fortemente em sala de aula, onde o professor não deve ser alheio e passar por cima, pois é uma realidade vivida pelos os nossos alunos.” (Professor E)

Para alcançar tal suporte, existem materiais bibliográficos e recursos didáticos que dão apoio na formulação do planejamento e aplicação na sala de aula, cursos que dão aporte que os referidos profissionais possam aprender a usar os materiais, para alcançar objetivos como desconstruir ideias, reverter estereótipos e representações inadequadas dos negros, buscando

perspectivas antirracistas, novas práticas pedagógicas que promovam a igualdade. E isso está estabelecido na Resolução nº 1 de 17/06/2004 em seu artigo 3:

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo. § 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares. (BRASIL, 2004, p.1)

A capacitação dentro de a temática ira permitir que o professor se atualize, e que o docente conheça a Lei 10.639, o percurso de sua normalização e seus impactos. Além de conhecer os Parâmetros Curriculares Nacionais da referida Lei e principalmente tome conhecimento da cultura africana, para que possa aplicar seu planejamento em sala de aula cumprindo a lei.

Portanto a formação continuada faz com que o docente desperte sua atenção sobre a diversidade e o preconceito existente na escola. Além de adquirir conhecimento, propicia ao docente refletir e repensar sua prática, a fim de propor novas metodologias que possibilitem superar preconceitos e comportamentos discriminatórios tanto da comunidade escolar quanto dos alunos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) que torna obrigatório o ensino história e cultura afro-brasileira e africana, apesar de ser uma grande conquista, a barreira do preconceito racial e da discriminação ainda precisa ser transposta nos espaços escolares, observamos que apesar das tentativas e iniciativas dos professores entrevistados estarem contribuindo para uma educação antirracista, ainda sim o material pedagógico e as praticas excludentes nas escolas evidenciam todas as problemáticas que os negros sofrem da educação infantil até o nível superior.

Não há como negar a importância da Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) para a luta do movimento negro brasileiro. Apesar das dificuldades e possíveis desvios na sua implementação, sem sombra de dúvida, a referente Lei é uma conquista e, servirá na construção de novas relações sociais.

Sabemos que somente uma Lei não irá mudar a realidade do país, mas o silêncio que reinou durante décadas dentro da escola sobre as questões étnicas- raciais. O nosso sistema educacional ainda esta em fase de desenvolvimento, diga-se de passagem, em um estágio ainda prematuro, com alguns retrocessos, mas essas novas atividades e ideias finalmente se fazem presente na escola, abrindo o olhar dos professores para assuntos que antes passavam despercebidos.

Portanto, é necessário que o professor tenha sua pratica pedagógica em vista das questões do multiculturalismo, criando estratégias que possam desconstruir preconceitos desde a educação infantil para afirmação de uma identidade negra positiva, reconhecendo o negro enquanto construtor da história do Brasil.

É imprescindível que a criança sinta-se valorizada a partir da história do seu povo, reconhecendo-se descendente, isso ocorre a partir de referências positivas, atentando-se para historia dos negros enquanto sujeitos de resistência, colocando os negros como o povo que contribuiu integralmente para a formação do nosso país.

Este trabalho preocupa-se com a identidade da criança negra construída no ambiente escolar. E, a partir de falas pertinentes dos professores, compreende-se que apesar dos esforços, se faz necessário que práticas antirracistas sejam incluídas nas escolas, e que a história dos negros seja contada nos livros didáticos. O estudo revela que o professor deve tomar cuidado para não reproduzir certos preconceitos que vêm postos no material didático. Empregar estratégias que elevem a autoestima das crianças, trabalhando com cultura africana e suas especificidades tornam-se primordiais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. De; RODRIGUES, T. C. **A criança negra, uma criança negra.** In: ABRAMOWICZ, A; GOMES, N. L. (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. **Base Comum Curricular Nacional, 2017.** Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso: 15 de set.2018

_____. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso: 24 de out.2018

_____. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre o plano nacional de implementação das diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2009.

CAVALLEIRO, E. S. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3a Ed., São Paulo, Atlas, 1995.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa.** 2ª ed. Porto Alegre: Boockman, 2004.

GOMES, N. L. **Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível.** In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

KRÜGER, H. Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. In M. O. Lima & M. E. Pereira. **Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas.** Brasil: EDUFBA. 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANZINI, E. J. **Entrevista Semiestruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros.** Depto de Educação Especial do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual São Paulo (UNESP), Marília, SP. 2004. Disponível em: [<http://www.sepq.org.br/IIsepeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>]; acesso em 16.02.14.

MARQUES, H. R.; MANFROI, J; CASTILHO, M. A. de; NOAL, M. L. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico.** Campo Grande: UCDB, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf> Acesso em: 12 de out.2018.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999. 152 p.

SILVA, M. da. **Metáforas e entrelinhas da profissão docente.** São Paulo: Pioneira, 2004.

SILVA J. H., et.al. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** São Paulo, Instituto Avisa Lá, 2012.

VEIGA, I. P. **Projeto político pedagógico da escola:** uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma. Passos da (org.). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.p.11-35.

APÊNDICE – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS PROFESSORES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- TCC
ACADEMICA: ARIANE SUENIA GUEDES RIBEIRO
ORIENTADORA: SHEILA GOMES DE MELO

“O papel da escola na construção da identidade da criança negra: educação étnico-racial na A.M.E.C. C Guarabira-Pb.”

Idade:

Formação:

Sexo:

Tempo de atuação profissional:

Raça/cor:

Tempo de atuação nesta escola:

1. Você tem conhecimento sobre a Lei 10.639/03, a qual estabelece o Ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira nos currículos escolares?
2. Sobre identidade negra, enquanto professor qual sua familiaridade com a temática? Você acha importante abordar esse tema na sua aula?
3. O Ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira é abordado nas suas aulas? Se sim, em que momento, como e quais materiais utilizados? A escola usufrui de materiais que contemplam a referida temática?
4. Na sua formação inicial ou continuada, cursou disciplinas relacionadas às questões étnico-raciais?

